

Burocracia impede projetos para a educação

TÂNIA NEVES

Afogado em processos administrativos que tratam de mudança de nomes de escolas, convalidação de estudos e criação de colégios, entre outras tarefas burocráticas, o Conselho Estadual de Educação (CEE) não consegue se dedicar ao que deveria ser sua atribuição principal: discutir e influir na política educacional do estado. Seus 24 integrantes compõem cinco câmaras setoriais e uma comissão de legislação responsáveis por analisar os processos encaminhados e elaborar pareceres. Cada câmara promove uma reunião por semana, mesmo período em que o conselho se reúne em sessão plenária de duas horas para apreciar os pareceres. Como são muitos os problemas — principalmente afetos ao ensino particular, no qual sempre há uma escola surgindo e outra sendo fechada — sobra pouco tempo para discussões relevantes.

— Tenho certeza que o conselho funcionaria muito melhor se não tivesse que ficar analisando pedidos de funcionamento das “escolinhas das tias não sei das quantas”. Enquanto a gente se perde nesse trabalho, o estado está sem um projeto educacional definido — conta Gilson Puppín, presidente do Sindicato dos Professores do Rio e integrante do CEE.



Carlo Wrede



O Conselho Estadual de Educação reunido: criação de escolas no lugar de política educacional para o estado

Puppín considera que o CEE tem feito coisas importantes, mas que soam como medidas paliativas, uma vez que qualquer modificação real do quadro educacional do estado só seria possível a partir da melhoria de condições de trabalho nas escolas, o que não compete ao conselho. Na opinião do professor, há muito o que se fazer para agilizar o funcionamento do CEE e transformá-lo num órgão mais útil à educação, mas não se pode nutrir a esperança de que resolva os graves problemas educacionais do estado.

Para a professora Maria Hele-

na Frota, representante da Associação de Pais e Alunos (Apaerj), a composição democrática do CEE e o alto nível de seus integrantes dão mostra do poderio ser desenvolvido se não houvesse sobrecarga de trabalho burocrático.

— Gostaria muito de ver o conselho desatolado e desobstruído de certas obrigações para se dedicar com mais profundidade a causa maiores. Penso que os processos administrativos que nos roubam tempo precioso poderiam ser transferidos para outro órgão da secretaria, para que pudéssemos, por exemplo,

desenvolver um programa educacional para o estado. Hoje isso não é feito a contento porque não podemos nos furtar a cumprir o que se determinou ser nossa atribuição — disse.

O próprio presidente executivo do CEE, Bayard Boiteux, concorda que o conselho trata de muita coisa que caberia melhor ao segundo escalão da Secretaria de Educação. Mas a secretária e presidente do CEE, Maria Yedda Linhares, disse não ter recebido qualquer pedido formal para que os processos administrativos sejam retirados. Caso receba, promete estudar o assunto.